

# Princípios constitucionais

» RUY ALTENFELDER

Advogado, presidente do Conselho Superior de Estudos Avançados (Consea/Fiesp)

A Constituição brasileira de 1988 estabeleceu no artigo 37 que a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. O Estado, como pessoa, é uma ficção. Éticos ou aéticos são os seres que integram o Estado. A administração pública brasileira, como vimos, se submete ao princípio da moralidade. O Estado brasileiro tem a obrigação de se conduzir moralmente por expressa determinação constitucional. Não poderá transigir com o princípio, seja no desempenho das funções primárias e diretas, seja na área de atuação que assumiu para corresponder a vocação do Estado do bem estar, seja nas atribuições ordenatórias e fiscalizatórias da atividade privada. Em tudo isso, como adverte José Renato Nalini, o poder público pode vir a ser responsabilizado se não estiver gerindo a coisa comum de maneira eticamente irrepreensível. (cf. José Renato Nalini — *Ética Geral e Profissional* — p. 374).

Hely Lopes Meirelles, no seu clássico livro *Direito administrativo brasileiro*, lembra que a moralidade administrativa é pressuposto da validade de todo o ato da administração pública. “O agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto.”

Foi o que inspirou o constituinte de 1988. Fazer o administrador refletir sobre os aspectos éticos de sua atuação. O chamado salto qualitativo ético só virá quando toda a sociedade estiver desperta para a fiscalização do trabalho do governo. Este só se legitima se estiver a serviço do povo. O mandato do governante foi outorgado pelo povo, titular da soberania.

Ives Gandra da Silva Martins, em mais um de seus notáveis artigos, lembra que cada brasileiro deve ter consciência de que o governante está a seu serviço e não ele a serviço do governante, e de que é bom governante aquele que tem como meta exclusiva servir ao cidadão (*Folha de São Paulo*, 26.01.1997 — p. 1/3).

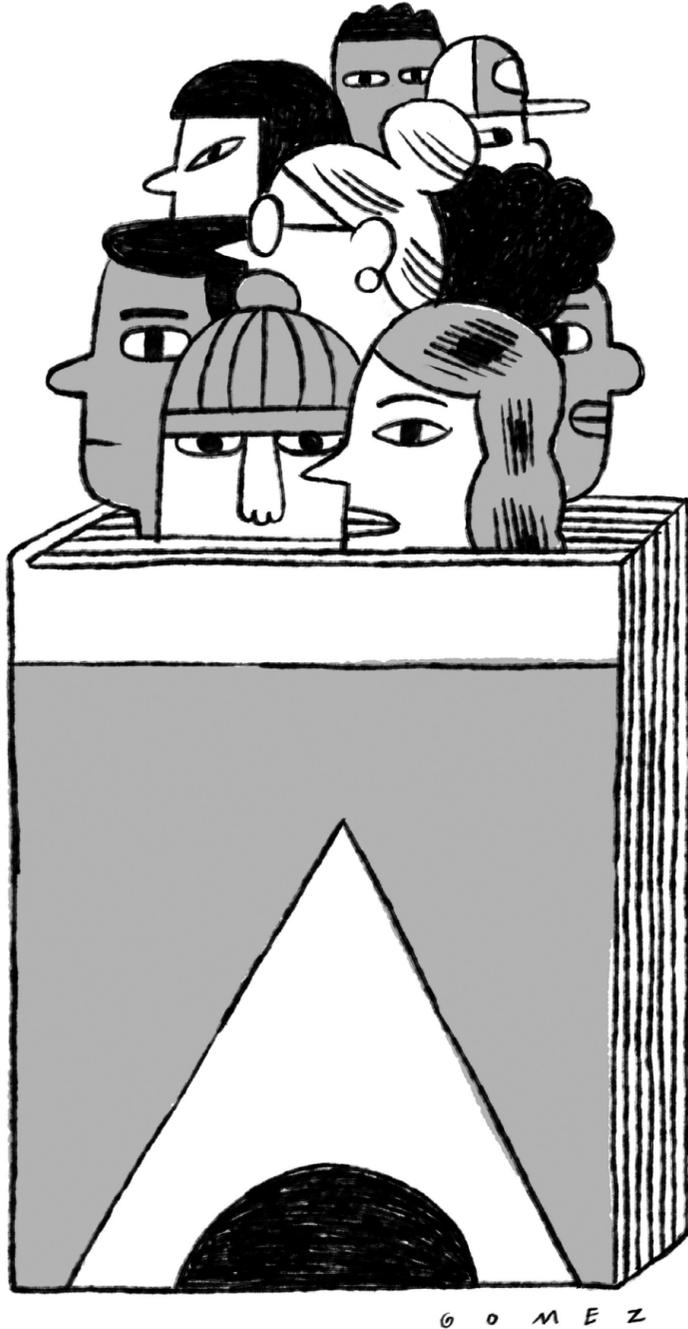
Os governantes têm o dever de zelar pela observância da ética pública enquanto os cidadãos têm o direito de exigir e reclamar dos governantes os deveres da ética privada (conteúdos e condutas). Em 1999 foi criada no Brasil a Comissão de Ética Pública, vinculada ao presidente da República, competindo-lhe, entre outras, elaborar o código de conduta das autoridades, no âmbito do Poder Executivo federal.

O código trata de um conjunto de normas às quais se sujeitam as pessoas nomeadas pelo presidente da República para ocupar qualquer dos cargos nele previstos, sendo certo que a transgressão dessas normas não implicará, necessariamente, violação de lei, mas, principalmente, descumprimento de um compromisso moral e dos padrões qualitativos estabelecidos para a conduta da alta administração. Em

consequência, a punição prevista é de caráter político: advertência e censura ética. Além disso, é prevista a sugestão de exoneração, dependendo da gravidade da transgressão.

Como adverte o ex-presidente da Comissão de Ética Pública, Américo Lourenço Masset Lacombe, “Passou, assim, a ética a ter status jurídico e interessar diretamente ao Estado, visto

que ele está no centro das considerações jurídicas da conduta humana. Nada pode ser mais nocivo ao desenvolvimento de uma sociedade do que a falta de confiança nos poderes constituídos, do que a descrença na própria capacidade de superar as dificuldades, do que a falta de amor próprio, de orgulho do seu passado e de crença no futuro”.



## Os conceitos e a bolha do ecossistema de impacto

» JULIANA SIMÕES

Gestora de Comunicação do Impact Hub Brasília

Os conceitos relacionados ao impacto socioambiental são variados e, muitas vezes, não há um esclarecimento ou conhecimento ao classificar o tipo de negócio que atua nessa área, com utilização de diferentes terminologias. Isso dificulta o acesso dos negócios à temática e ao fortalecimento do ecossistema como um todo, que apresenta barreiras em identificar e diferenciar os diversos atores (stakeholders) que estão diretamente ou indiretamente relacionados com a área. Assim, é causado um problema de unidade, integração, conexão, conhecimento e relacionamento.

De acordo com o *Mapa de Negócios de Impacto da Pipe de 2021*, também podemos ver que a presença dos stakeholders e as pautas de impacto estão muito concentradas na Região Sudeste, que representa 58% das iniciativas sustentáveis, enquanto a Região Centro-Oeste, por exemplo, tem apenas 5%. É necessário ampliar nacionalmente as discussões sobre os temas e os efeitos causados, descentralizando o ecossistema.

Além disso, vemos as temáticas de impacto socioambiental serem abordadas na imprensa, muitas vezes com uma visão superficial e pouco aprofundada sobre o assunto. Apesar de termos um crescimento do tema nas mídias, muitas delas não têm uma editoria nem uma área própria sobre impacto socioambiental. Muitos

jornalistas que vão cobrir pautas do tópico, por exemplo, desconhecem os conceitos de negócios de impacto e outros termos comuns utilizados na área, dificultando o entendimento e abordagem.

Alguns mitos e lugares-comuns também são vistos nessas interpretações. Sustentabilidade não é sinônimo de reciclagem; impacto ambiental não se refere apenas à gestão de resíduos; impacto social não é causado por qualquer iniciativa que impacte as pessoas.

Nessa perspectiva, é preciso sair da bolha do ecossistema de impacto, que só quem está inserido na área tem a compreensão do que está sendo dito, das agendas, das principais pautas e conceitos utilizados. Um dos desafios da comunicação de impacto, atualmente, é mantê-la mais clara e inclusiva. Estamos caminhando também para um diálogo cada vez mais humanizado, que representa mais as pessoas, com mais diversidade e com uma linguagem mais inclusiva.

Seguindo nessa ideia, atualmente se fala muito de greenwashing e bluewashing que, em resumo, é utilizar as estratégias de comunicação e marketing para promover discursos, ações e propagandas sustentáveis e de impacto social, que na verdade não são coerentes com as práticas realizadas. É preciso diferenciar o que de fato é ação de impacto socioambiental e o que é oportunismo.

Por isso, é valorizado que as empresas tenham processos transparentes, dados de impacto e coerência entre o discurso e a prática. A comunicação, nesse contexto, tem um papel de extrema importância, para não apenas realizar discursos apelativos que cobrem atitudes da sociedade como um todo e defendam ideias de sustentabilidade sem ter esse olhar do que, de fato, está sendo feito pelo negócio ou organização.

Não é, portanto, coerente falar de diversidade sem ter um time diverso, por exemplo. A transparência nesse olhar para dentro da organização e na busca de melhorias vem antes de mostrar boas práticas para o público. A comunicação deve ser um reflexo do que está sendo realizado pela empresa, não algo que ela gostaria que fosse, ou exigisse essa responsabilidade externa.

Uma dica para as organizações e negócios que querem aplicar práticas de diversidade e inclusão é acessar o e-book feito pelos Impact Hubs do Brasil. Nele, além do sumário com conceitos da área e conteúdos, trazemos exemplos práticos de como nós, do Impact Hub, estamos realizando ações para incentivar a diversidade e a inclusão. Temos muito o que melhorar ainda, mas algo é certo: a comunicação, a transparência e a colaboração são essenciais para um impacto cada vez maior.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Nuvens carregadas sobre a economia de 2023

Nessa altura dos acontecimentos, não chega a ser surpresa que o mercado, essa entidade invisível e desdenhada pelo próximo governo, já tenha acendido a luz vermelha com a anúncio das medidas que estão para ser implementadas na área econômica e com as indicações dos nomes para dois dos principais postos dessas pastas, a saber, o ministério da Fazenda e para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De nada adianta fazer cara feia para o mercado, pois ele, por seu moto próprio, não se deixa intimidar. Caso haja ainda uma queda de braços entre o mercado e o governo, quem sairá perdendo, como sempre é a população, que é colocada no meio dessa disputa insana, sendo obrigada a arcar com as consequências e custos econômicos dessas querelas.

Quando se deixa ventilar a notícia de que quem irá dar a palavra final na área econômica será o próximo futuro presidente, aí é que a coisa desanda, pois já passa da hora de ter aprendido que populismo e arroubos autoritários nas decisões, com base em expectativas político ideológicas, não só não se ajusta a modelos matemáticos como resultam em equações sem soluções e desastres certos nas finanças.

Negar que os indicadores como a alta no dólar e a queda recorde nas bolsas são apenas sinais passageiros e sem importância, também é apostar na incerteza e na boa vontade do destino. A reação do mercado à quebra da Lei das Estatais e à PEC fura teto tem sentido e sinaliza para um período de incerteza e de um possível retorno a políticas econômicas que não deram certo no passado e ainda deixaram um passivo que perdura até aos nossos dias.

Temos assim, dois nomes e duas medidas de anulações de leis econômicas sensatas, reunidas num mesmo momento e que até para um leigo no assunto, apontam para o desastre iminente. Os aumentos dos juros, da inflação, do desemprego e da pobreza virão na sequência. Obviamente que para corrigir esses erros na largada, mais erros açodados virão, num ciclo perverso de medidas e que podem muito bem desaguar em decisões como o congelamento de preços e outras insanidades como as que vêm sendo praticadas agora em países do mesmo naipe ideológico, como a Argentina.

Alimentar expectativas otimistas quando os mesmos erros são repostos em práticas, não faz sentido. A questão aqui é saber em que momento exato tudo irá desandar e desembocar numa outra recessão econômica. Preocupa sobretudo os economistas mais realistas e que não se deixaram encantar com sibilos das sereias, a nova administração indicada pelo futuro mandatário para o BNDES. É nessa instituição, fundada em 1952, e vinculada ao Ministério da Economia que agora se voltam as atenções para o ressurgimento de ideias toscas com o financiamento dos “campeões nacionais”, que tantos ramos deixaram nas contas públicas e tantos escândalos de corrupção produziram.

É preciso lembrar aqui em entre 2008 a 2018, o BNDES acumulou, junto ao Tesouro Nacional, uma dívida de mais de R\$ 650 bilhões. Justamente agora em que se anunciava a possibilidade de um cronograma para BNDES restituir essa dívida ainda em 2023. Parece que a medida foi posta de lado.

É sabido que o BNDES foi convertido de banco de fomento nacional em instituição de apoio à projetos fora das fronteiras do país, emprestando milhões de dólares a taxas camaradas a países tanto do continente como da África, sendo que a maioria, desses empréstimos foram sequer pagos. Entre 1998 e 2017, o BNDES emprestou para cerca de 15 países, mais de US\$ 10,5 bilhões.

Somente Cuba e Venezuela devem juntas mais de R\$ 3,5 bilhões ao banco e não apenas ignoram esses empréstimos, como já estão na fila, ao lado de Nicarágua e Argentina, em busca de novos empréstimos, tão logo o novo governo assuma. Essas e outras dívidas se transformaram, por seu volume e condições camaradas, em verdadeira caixa preta do banco.

O que se sabe, por vias oficiais e com valores subdimensionados, é que o BNDES tem cerca de R\$ 12,1 bilhão a receber de 11 países, apenas por obras no setor de engenharia, todas elas realizadas em países ditatoriais. Segundo o economista Joaquim Levy, ex-presidente do BNDES, esses empréstimos podem ser classificados como desastrosos e poderiam servir de lição para o futuro, mostrando que emprestar dinheiro para ditaduras é um erro e uma aposta em prejuízos.

A falta de um regime fiscal confiável a partir de 2023, bem como o desmonte das Leis das Estatais e do limite de gastos, projetam um período sombrio sobre a economia do país. Nada do que não experimentamos antes e com os resultados que já sentimos na pele. De nada adiantarão falar em herança maldita para esconder um começo de governo prático de agourento.

### » A frase que foi pronunciada

A história nos lembra que ditadores e déspotas surgiram em tempos de grave crise econômica.

Robert Kiyosaki

### » História de Brasília

Nosso amigo pediu a substituição de um fusível, e o DFL cobrou 130 do fusível, 45 de mão de obra, e 700 cruzeiros de transporte. Nem de taxi, meu Deus! (Publicada em 14.03.1962)